



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 2ª CÂMARA

**PROCESSO TC nº 02983/10**

**Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais.** Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, julga-se legal o ato concessivo e correto o cálculo dos proventos, concedendo-lhe o competente registro.

**ACÓRDÃO AC2 - TC - 01230 /2010**

### RELATÓRIO

O processo TC nº **02983/10** trata da Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais concedida à servidora Sr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Guedes Rolim, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 61.553-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

A Auditoria em seu relatório inicial sugeriu que fosse notificado o gestor da PBPREV a fim de que fosse elaborada outra planilha de cálculo pela média na qual deverão ser lançadas as remunerações contributivas desde julho de 1994, conforme preceitua o art. 1º da Lei nº 10.887/2004.

O Presidente da PBPREV foi notificado e apresentou defesa às fls. 49/57, que foi analisada pela Auditoria que concluiu pela concessão do registro do ato aposentatório, por entender que os cálculos proventuais se encontravam em consonância com os ditames legais.

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não transitou pelo Ministério Público para emissão de parecer escrito, no entanto, há de se aguardar o parecer oral do seu representante.

É o relatório.

### PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando que o ato concessivo obedeceu às normas pertinentes e que o cálculo dos proventos foi efetuado em consonância com os dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie, **PROponho** que a 2ª Câmara Deliberativa **JULGUE LEGAL** o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro.

É a proposta.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**2ª CÂMARA**

**PROCESSO TC nº 02983/10**

**DECISÃO DA 2ª CÂMARA DELIBERATIVA**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº **02983/10**, ACORDAM os membros da 2ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em **JULGAR LEGAL** o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro.

Presente ao julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC-Mini-Plenário Cons. Adailton Coelho Costa, em 05 de outubro de 2010.

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA  
PRESIDENTE

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO  
RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO